



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## INDICAÇÃO N.º 081 /2026

Indico à Mesa, observadas as exigências regimentais, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que seja realizado estudo técnico, com a devida elaboração de laudo pericial, e posterior implementação para **concessão de adicional de insalubridade** a todos os servidores que exercem atividades no cemitério municipal, incluindo jardineiros, coveiros e demais profissionais que atuam diretamente no local.

## JUSTIFICATIVA

Os trabalhadores que atuam em cemitérios estão frequentemente expostos a agentes nocivos à saúde, especialmente de natureza biológica, como microrganismos presentes em restos mortais, solo contaminado e materiais orgânicos em decomposição, caracterizando ambiente insalubre.

Nos termos do artigo 189 da Consolidação das Leis do Trabalho, são consideradas atividades insalubres aquelas que expõem os trabalhadores a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância estabelecidos. Já o artigo 192 da mesma norma prevê o pagamento de adicional em graus mínimo, médio ou máximo, conforme a intensidade da exposição.

A Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho, especialmente em seu Anexo 14, trata especificamente da exposição a agentes biológicos, enquadrando como insalubres as atividades que envolvem contato permanente com materiais contaminados, situação plenamente aplicável aos profissionais que atuam em cemitérios.

Ademais, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXIII, assegura aos trabalhadores o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, reforçando a necessidade de proteção à saúde do trabalhador.

Importante destacar que, no âmbito da Administração Pública, a concessão do referido adicional deve observar a legislação municipal vigente,



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sendo imprescindível a realização de laudo técnico para a devida caracterização e classificação do grau de insalubridade.

A valorização desses profissionais é essencial, considerando a relevância dos serviços prestados à população, muitas vezes em condições adversas e com significativo desgaste físico e emocional.

Dessa forma, a concessão do adicional de insalubridade representa medida de justiça, garantindo melhores condições de trabalho, proteção à saúde e dignidade aos servidores.

Gabinete da vereadora APE, 30 de dezembro de 2025.

VEREADORA.....Ana Paula Espina

**PROTOCOLO 266/26**

**30/03/2026**

LIDO EM: 7ª SESSÃO -07/04/2026